

A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DE APRENDIZAGENS NO COTIDIANO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Márcia da Silva Gonçalves; Maria da Conceição Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte marciadasg@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte ceicaomcc@hotmail.com

Resumo: Este trabalho aborda a importância dos registros de aprendizagens realizados pelos docentes no cotidiano das salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O objetivo do mesmo é analisar se esses registros estão sendo elaborados, utilizados e como são sistematizados na prática dos educadores com foco na periodicidade, critérios de elaboração, prioridades presentes nos diagnósticos, contribuição da equipe pedagógica e visões, já apontando possibilidades de redimensionamentos dos próprios professores acerca da prática de registros de aprendizagem. Para tanto, utiliza-se uma abordagem qualitativa, com estudos bibliográficos baseados em alguns autores, pesquisadores e documentos nacionais que dialogam sobre a prática de registros como sendo um processo relevante no acompanhamento das aprendizagens, avanços, recuos e dificuldades dos alunos e ainda, como instrumento de reflexão e orientação para novas metodologias coletivas e individuais. A amostra dessa pesquisa foi constituída por duas professoras que lecionam nas turmas do primeiro ano de uma escola da rede municipal da cidade de Água Nova – RN, incluída no Projeto de Pesquisa “Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: análise do acompanhamento da aprendizagem discente com foco na avaliação diagnóstica” que está sendo realizado através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento do Processo Ensino-Aprendizagem (GEPPE), ligado ao Dep. de Educação, do *Campus Avançado* Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Os instrumentos para a coleta de dados foram questionários respondidos por essas professoras. Assim, a intencionalidade da pesquisa está voltada para o (re) conhecimento dos docentes desses registros como guias para a realização de atividades e prosseguimentos das mesmas por professores dos anos seguintes, ao passo que esses diagnósticos individuais sejam compartilhados para um acompanhamento significativo durante o ciclo de alfabetização.

Palavras-chave: Registros, Aprendizagem, Acompanhamento.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se da análise de alguns dados coletados por meio do Projeto de Pesquisa intitulado “Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental: análise do acompanhamento da aprendizagem discente com foco na avaliação diagnóstica” que está sendo realizado através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento do Processo Ensino-Aprendizagem (GEPPE), ligado ao Dep. de Educação, do *Campus Avançado* Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN em parceria com escolas municipais de três cidades do estado do Rio Grande do Norte.

Tendo como objetivo analisar se os registros de aprendizagens estão sendo elaborados, utilizados e como são sistematizados na prática de duas docentes das turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma dessas escolas. O trabalho abordará também os critérios de elaboração utilizados pelas professoras participantes dessa pesquisa, a prioridade que as mesmas destacam na descrição dos diagnósticos individuais dos alunos, periodicidade, orientação recebida por parte do apoio pedagógico da escola com relação à construção dos registros e por fim, a visão das próprias educadoras sobre os seus escritos.

De acordo com De Paula e Wandembruck (2013, p. 16.430) “Falar de registros nos remete ir além de simples anotações, é entender a realidade e o desenvolvimento da criança, é analisar seu cotidiano e sua relação com o outro”. Assim, os registros são constituídos por todos os escritos que os professores fazem no cotidiano das salas de aula, utilizando-se de diferentes meios e métodos com o intuito de registrar os avanços, progressos, recuos, dificuldades, realidade e relacionamento apresentados pelos discentes, sendo de extrema relevância para o acompanhamento deles e também para uma análise e tomada de decisão da prática dos próprios professores para se alcançar a aprendizagem.

Segundo Costa (2015, p. 163) esses registros “[...] constituem-se, ainda, instrumentos de pesquisa imprescindíveis a uma educação que prima por ajustes pedagógicos quanto às heterogeneidades discentes”. Diante de uma diversidade de alunos com comportamentos e pensamentos diferentes esses registros podem ser utilizados como uma ferramenta para modificar práticas educacionais e para isso, faz-se necessário observar e escutar com atenção o aluno. Costa (2015, p. 151) ressalta ainda, que “Escutar o que é apresentado pelas crianças, seja de forma oral, seja de maneira escrita, não é uma função despida de complexidade [...]”, pois deve-se escutar o outro tentando compreender o que a criança expressa explicitamente e implicitamente das suas aprendizagens e realidades por meio das falas, dos silêncios e ações.

Destarte, a contribuição da pesquisa está voltada para o (re) conhecimento dos docentes desses registros como guias para a realização de atividades e prosseguimentos das mesmas por professores dos anos seguintes, ao passo que esses diagnósticos individuais sejam compartilhados para um acompanhamento significativo durante o ciclo de alfabetização.

METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, que segundo André (1995, p. 15) “[...] se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa [...]”

defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”.

Foi realizado um estudo bibliográfico a partir de alguns autores como Costa (2015) que apresenta contribuições significativas sobre a alfabetização e utilização de registros mais cuidadosos, fazendo apontamentos inclusive, acerca de documentos nacionais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC (2012) e Monitoramento e Avaliação da Alfabetização (2005), que servem de base para formular os critérios de elaboração dos registros, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que fundamenta os direitos dos alunos no Ensino Fundamental, Schmidt e Schafaschek (2012) trazem uma perspectiva de superação das avaliações excludentes e classificatórias através dos registros, De Paula e Wandembruck (2013) abordam os registros como instrumento de memória das práticas, dentre outros autores.

O lócus da pesquisa foi uma escola da rede municipal da cidade de Água Nova – RN, que estava inclusa no projeto desenvolvido. A amostra foi constituída por duas professoras das turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental, onde uma delas é graduada em Pedagogia e especialista, lecionando há 34 anos e a outra, também licenciada em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia, e ensina há 21 anos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foram os questionários respondidos pelas respectivas professoras. Após essa coleta, os dados foram analisados baseando-se nas leituras bibliográficas que nortearam a pesquisa em comparação com os critérios, prioridades, periodicidade e concepção dessas professoras acerca dos registros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

REGISTROS DE APRENDIZAGENS E SEUS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO

Baseando-se no artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) o Ensino Fundamental, agora com duração de nove anos, começando-se aos seis anos de idade, deve ser oferecido para as crianças de forma gratuita por meio das escolas públicas e ter por objetivo formar cidadãos mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Diante dos objetivos expostos, os educadores dos anos iniciais devem fazer uso de diferentes técnicas e métodos para alcançar essa formação por completo do cidadão, abrangendo a inserção da criança na sociedade, utilizando-se de valores e ética, a interação com a família e o desenvolvimento das capacidades e direitos de aprendizagens. E para conseguir essa aprendizagem o educador deve ter critérios de acompanhamento e avaliação dos alunos e refletir a sua própria prática para atingir os objetivos propostos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Esse acompanhamento e avaliação devem acontecer de maneira significativa sem dar margens para a exclusão e classificação como afirma Schmidt e Schafaschek (2012, p. 229):

[...] está colocada a necessidade de superação da avaliação classificatória e excludente por um modo de avaliar que tenha, como intenção, diagnosticar o processo de ensino/aprendizado para promover e manter o aluno incluído em um grupo que aprende e avança no desenvolvimento de suas capacidades intelectuais.

Se referindo ainda à autora supracitada, diagnosticar esse processo de ensino/aprendizagem necessita de acompanhamento cuidadoso com a construção dos conhecimentos, enfatizando os avanços e recuos das crianças através de registros de aprendizagens que servirão de alternativa para superar menções numéricas ou grau de aprendizagem.

Esses registros presentes no cotidiano das salas de aula podem se apresentar de diferentes maneiras, seja por meio de planejamentos, que incluem atividades com projetos e sequências didáticas, ou registros de classe através de notas, diários e observações ou registros de avaliação onde se constroem os relatórios de diagnósticos individuais ou coletivos (ANDRADE, 2009). Deste modo, há registros que são realizados de maneira burocrática e outros, tomam a forma de avaliação individual que levam em consideração as particularidades de cada aluno.

Em conformidade com este pensamento Schmidt e Schafaschek (2012, p. 237) alertam que,

Certamente, essa é uma prática pedagógica que só terá valor e compensará a dedicação de tempo e

reflexão que exige se as professoras a vivenciarem de forma significativa. Do contrário, constituir-se-á numa tarefa burocrática, que não traz nenhuma contribuição para a ação pedagógica.

Então, essa prática de registrar necessita ser significativa para trazer contribuições ao ato de ensinar vislumbrando os avanços e as aprendizagens das crianças e não se detendo apenas ao cumprimento de regras ou normas das instituições de ensino, este registro deve proporcionar uma reflexão e mudança de ação.

Sendo assim, nesses registros individuais, a observação, a escuta e o olhar atento a todas as falas e expressões das crianças devem estar em sintonia na sala de aula, pois “[...] diversas vezes a fala não expressa, de fato, o que as crianças desejam exprimir, bem como nem sempre são verbais as diversas formas de manifestação de insatisfação das crianças com situações vivenciadas em sala de aula” (COSTA, 2015, p. 135).

Para se registrar as aprendizagens das crianças temos que adentrar no mundo delas e interpretar todos os seus momentos vividos em sala de aula como ressalta Costa (2015, p. 149) “[...] para adentrarmos na subjetividade das crianças é necessário um trabalho intenso de análise do que estas expressam através do choro, do sorriso, do brincar e até mesmo, do seu silêncio”. Depois dessas observações e análises feitas com bastante atenção os professores precisam fazer suas anotações de acompanhamento e os registros individuais dos alunos para conseqüentemente refletir a sua prática.

A construção desses registros faz uso de variados instrumentos para por em prática a sua elaboração como está visto no documento nacional de Monitoramento e Avaliação da Alfabetização, escrito por Batista (2005, p. 18):

Exigem clara definição de focos, situações ou contextos, bem como elaboração de roteiros e seleção de recursos mais adequados ao registro [fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, cadernos ou “diários de campo”, nos quais o professor exercita sua reflexão sobre processos vivenciados pelos alunos e sobre suas próprias práticas e mediações, valendo-se da parceria com seus colegas].

Diante desses recursos demonstrados nesse documento percebe-se que as professoras participantes da pesquisa também afirmam utilizar desses meios para registrarem suas observações, pois a professora Marta¹ afirma que faz uso de fichas de acompanhamento, portfólio, filmagens e leitura diária. A professora Eliana² diz que faz observações e anotações contínuas.

¹ Nome fictício para a professora participante da pesquisa.

² Nome fictício para a professora participante da pesquisa.

Ainda de acordo com o documento citado, pode-se perceber através dos questionários a relevância desses atos realizados pela professora Eliana, pois observação e registro são:

[...] procedimentos fundamentais ao longo do processo de aprendizagem, desde o momento de diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos em relação ao sistema de escrita, até as avaliações das capacidades desenvolvidas em determinada etapa de sua trajetória, na série ou no ciclo (BATISTA, 2005, p. 18).

Em seguida, as docentes foram questionadas a respeito de quais critérios as mesmas utilizam para elaborar esses registros e as duas responderam basear-se nos direitos de aprendizagens presentes no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a professora Marta ainda complementou a sua resposta dizendo que seus critérios são norteados também pela Provinha Brasil, prova de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS).

Percebe-se então, que essas educadoras procuram traçar critérios para elaboração dos registros baseando-se em alguns documentos e fontes que orientam a prática do ensinar, destacando os direitos de aprendizagens que cada criança deve ter.

Contudo, faz-se necessário estabelecer critérios para a elaboração dos registros que abordem todos os eixos de aprendizagem e que sejam necessários para atingir as especificidades dos anos iniciais, e estes critérios devem ser elaborados coletivamente por todos os professores e profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem das instituições escolares.

PERIODICIDADE E PRIORIDADES PREDOMINANTES NOS REGISTROS

Outro ponto de destaque nessa escrita dos registros é a periodicidade em que os mesmos são produzidos, pois tem escolas que exigem diagnósticos bimestrais, semestrais ou apenas no final do ano letivo, levando em consideração apenas o produto final e deixando de lado o processo de avaliação como afirma Costa (2015, p. 168):

[...] é no início e no final do ano letivo que as escolas costumam avaliar seus alunos quanto à escrita. Seguindo essa lógica, a noção de processo é perdida, centrando-se no resultado mais do que no percurso [...] A ausência de um trabalho mais sistemático nas escolas pode contribuir para um soterramento das experiências nelas vivenciadas por parte de teorias externas aos indivíduos que nesse espaço socioeducativo estabelecem relações.

Com isso, deve-se dar valor ao processo de construção dos diagnósticos por meio de observações e anotações constantes no cotidiano da sala de aula, sistematizando tanto as dificuldades como também as aprendizagens para não cair no risco de produzir relatórios longe das realidades das crianças e das experiências vivenciadas por elas.

Assim, de acordo com as respostas apresentadas nos questionários, constatou-se que tanto a professora Marta como Eliana costumam fazer escritos contínuos dos alunos no dia-a-dia das salas de aula, onde demonstram o desempenho dos direitos de aprendizagens adquiridos. Essa periodicidade constante na ação de registrar auxilia os profissionais da educação, pois “O registro no cotidiano escolar pode beneficiar a memória, auxiliando o professor a lembrar das participações, facilidades e dificuldades dos alunos” (TAVARES et al., 2015, p. 31.170).

Além de constantes observações e anotações ao se elaborar os registros individuais de aprendizagens faz-se necessário priorizar todos os aspectos que abordam o desenvolvimento das crianças, como motores, afetivos, sociais, culturais e cognitivos, pois as crianças se constituem do todo e não de partes.

De acordo com a professora Marta, a sua prioridade se fundamenta no PNAIC e na formação de leitor e para Eliane a prioridade é dada à leitura e escrita. Percebe-se assim, que nem todos os aspectos estão sendo priorizados, ficando claro que o ponto principal para elaboração dos relatórios dos alunos feitos por essas docentes centra-se na linguagem oral e escrita.

Deste modo, as professoras demonstram dar mais ênfase as atividades de leitura e escrita, esquecendo-se do aspecto da oralidade, que também é de extrema importância para o desenvolvimento dos discentes e deve estar presente nesse processo de aprendizagem e progressão nos anos iniciais junto com todos os outros aspectos formativos da aprendizagem das crianças.

O OLHAR DO PRÓPRIO DOCENTE ACERCA DE SEUS REGISTROS

Junto com essa prioridade de aspectos faz-se necessário também que os docentes tenham um olhar cuidadoso e reflexivo sobre seus próprios escritos. Quando as docentes foram questionadas sobre como avaliavam seus registros, afirmaram serem de grande importância para avaliarem o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos como também, a atuação delas em sala de aula. Assim, pode ser observado na fala

da professora Eliane: “Relevante e reflexivo, pois permite aperfeiçoar a prática diária e adequá-lo com frequência a capacidade de aprendizado dos alunos, analisar seu empenho nas atividades desenvolvidas a compreender seus avanços e dificuldades” (EXCERTO DA PROFESSORA PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2016).

Costa (2015, p. 130) ressalta que “Revisitar os registros escritos pelo próprio professor foi uma forma investigativa que lhe possibilitou localizar-se a respeito de sua própria prática [...]”. O educador tem então a função de registrar e revisitar esses registros para concomitantemente transformar a sua própria prática.

Em conformidade com este pensamento De Paula e Wandembruck (2013, p. 16.431) destaca que:

Para realizar esses registros é necessário fazer algumas avaliações rápidas, porém realimentá-las em seguida, para que a documentação não se torne efêmera. Essa maneira de organização pode-se dizer que se constituem quase sempre de boas práticas de professores preocupados com o real e efetivo desenvolvimento e aprendizagem da criança, devendo deixar para trás o modo isolado e linear com que se trabalhava algumas décadas atrás.

Desse modo, o professor precisa estar sempre atento e em constante observação para atualizar sempre as informações de êxitos ou recuos do educandos, tornando os diagnósticos reais. Mas atualmente, ainda observa-se que alguns docentes apresentam dificuldade em realizar essas anotações tão relevantes para a construção da aprendizagem, como destaca o documento de Monitoramento e Avaliação da Alfabetização:

No cotidiano pedagógico, o professor enfrenta sérias limitações para se dedicar ao registro de situações avaliativas processadas individualmente ou em pequenos grupos: as turmas são numerosas e os tempos escolares são restritos para tarefa tão exigente. Contudo, vale a pena investir nessa perspectiva, com a mediação das coordenadoras de série ou ciclo, sobretudo nos casos de crianças com dificuldades de aprendizagem ou descompassos nas progressões esperadas (BATISTA, 2005, p. 22).

Investir neste trabalho é bastante significativo com o intuito de conseguir as progressões esperadas para cada etapa dos ciclos de alfabetização. Em meio a esse processo, também é de grande valia a colaboração do apoio pedagógico da instituição escolar. De acordo com Marta, o apoio pedagógico da escola em que atua diz para os professores: “Devemos avaliar a criança discente diariamente, e que os registros são meios de diagnosticar os avanços e as dificuldades enfrentadas por cada criança” (EXCERTO DA PROFESSORA PARTICIPANTE DA PESQUISA, 2016).

O apoio pedagógico das instituições de ensino tem grande papel nessa orientação dos professores ajudando os mesmos na construção dos registros e reflexão, fazendo com que o docente melhore o seu desempenho profissional e respectivamente, o desempenho do aluno. Pois a função do orientador/supervisor é encontrar as conquistas e dificuldades dos docentes e orientá-los da melhor forma (ANDRADE, 2009).

Além do apoio pedagógico, a formação dos professores é imprescindível para ajudar os educadores a darem sentido e significado a prática dos registros, assim reforça Costa (2015, p. 80) “O que aqui apontamos é que juntamente com essa formação deveriam acontecer encontros nos quais fossem discutidos os registros de aprendizagem dos alunos, a forma de fazê-los e a importância destes para o acompanhamento discente”. A fim de que todos os professores tenham a oportunidade de compreender a importância deles nas salas de aula e aprendam a fazê-los destacando as peculiaridades de cada criança.

Neste sentido, os professores devem registrar, discutir e planejar junto com a coordenação/supervisão nos momentos de formação com o objetivo de sistematizarem e redimensionarem o conceito de avaliação e democratização do ato pedagógico. (SCHMIDT; SCHAFASCHEK, 2012).

Mas hoje em dia ainda existem algumas escolas que não trabalham com registros escritos, pois utilizam apenas a oralidade para expressar os avanços e recuos dos discentes, reforçando a cultura de relatos orais e deixando de lado a sistematização escrita, assim destaca Costa (2015, p. 96):

Os avanços ou recuos das crianças em suas aprendizagens são relatados oralmente, de forma que os registros escritos não fazem parte da dinâmica de redimensionamento da ação pedagógica. Dessa forma, é reforçada a cultura já instalada na escola de relatos orais acerca da aprendizagem das crianças, os quais não são fortalecidos por sistematizações escritas. Quando existem, são minimamente elaborados, materializados nos diários de classe ou nos diários de campo, com controle individual, a cargo de cada professor.

Sem contar que, muitas vezes, esses registros feitos nos diários ficam apenas arquivados nas escolas e não são repassados para os professores das turmas subsequentes dos anos posteriores dificultando o acompanhamento dos alunos com os docentes que darão continuidade ao ciclo de alfabetização. Tendo assim que começar um novo diagnóstico com o aluno em vez de dar continuidade ao trabalho já iniciado.

Destarte, os registros são instrumentos relevantes que servem de fontes de pesquisa entre os professores e segundo Costa (2015, p. 163-164) “[...] possibilitam uma visão social e

subjetiva a respeito da história de vida das crianças, auxiliando os professores e a escola na compreensão dos achados e perdidos no percurso educacional dos indivíduos que a ela confiam a tarefa de educar”. Sendo assim, a utilização e sistematização dos registros permitem um maior reconhecimento dos alunos acerca de suas histórias vividas e das suas condições de aprendizagem.

CONCLUSÕES

Baseando-se nos estudos bibliográficos realizados pode-se perceber que os registros de aprendizagens são de extrema importância para um acompanhamento sistematizado de construção da aprendizagem discente, pois através deles os docentes conseguem fazer uma relação entre o que foi apresentado aos educandos, suas realidades e o que foi absorvido por eles.

Deste modo, os registros são instrumentos que servem de guia para os professores analisarem tanto o desenvolvimento dos alunos, como também, a sua própria prática pedagógica, observando o que precisa ser modificado para construir um processo de ensino-aprendizagem significativo, fazendo assim uma reflexão acerca da sua atuação em prol de seus alunos.

Por meio dos questionários utilizados ficou claro que as professoras participantes da pesquisa trabalham com essa prática dos registros de aprendizagens e procuram basear-se em documentos que regulamentam os direitos que as crianças têm ao estudarem e aprenderem. Demonstram que sempre estão atentas para observar os discentes e fazerem anotações contínuas que serão utilizadas na escrita dos diagnósticos. Estas professoras também olham esses registros como fundamental para a (re) construção das suas práticas.

Portanto, faz-se necessário uma observação constante dos avanços, êxitos, recuos, medos, gostos expressados pelas crianças por meio de suas palavras, expressões, ações e até mesmo pelo seu silêncio, para em seguida produzir esses registros que devem sempre serem reescritos de acordo com os novos caminhos trilhados pelos alunos e conseqüentemente os mesmos devem ser repassados aos professores dos anos seguintes para a continuação desse acompanhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luiza. Escrita profissional: a importância dos registros feitos pelos professores. **Revista Nova Escola** (online), 2009.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Monitoramento e avaliação da alfabetização** / Antônio Augusto Gomes Batista et al. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa** : progressão escolar e avaliação: o registro e a garantia de continuidade das aprendizagens no ciclo de alfabetização : ano 03, unidade 08/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Do Ensino Fundamental. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 1996.

COSTA, Maria da Conceição. **Da vivência à elaboração: uma proposta de plano de ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DE PAULA, Déborah Helenise Lemes; WANDEMBRUCK, Paola Monique. O “registro” como memória das práticas de linguagem movimento na educação infantil. In: XI Congresso Nacional de Educação, Curitiba, 2013. **Anais do XI Congresso Nacional de Educação**, Curitiba, 2013. P. 16428- 16441.

SCHMID, Leonete Luzia t; SCHAFASCHEK, Rosicler. A avaliação em classes de alfabetização: registros descritivos possibilitam superação da avaliação classificatória e excludente? **Roteiro, Joaçaba**, v. 37, n. 2, p. 228-242, jul./dez. 2012

TAVARES, Vanessa dos Santos et al.. Procedimentos de avaliação e registro da aprendizagem na prática docente. In: XII Congresso Nacional de Educação, Curitiba, 2015, **Anais do XII Congresso Nacional de Educação**. 2015. p. 31163- 31173.